



Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
Soraia Carolina de Mello
[orgs.]



MULHERES DE LUTA



FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL



(1964 - 1985)

MULHERES DE LUTA

FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL (1964-1985)

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2019 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

M956m Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) /
2019 [recurso eletrônico] / Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Soraia
 Carolina de Mello (Organizadores). - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.
 1 arquivo - (Educação e direitos humanos: diversidade de
 gênero, sexual e étnico-racial)

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-473-4050-6

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Mulheres na política. 3. Feminismo.
I. Scheibe, Wolff, Cristina (org.). II. Zandoná, Jair (org.). III. Mello, Soraia
Carolina de (org.). IV. Título. V. Série.

CDD - 305.4

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
Soraia Carolina de Mello

MULHERES DE LUTA

FEMINISMO E ESQUERDAS NO BRASIL (1964-1985)

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Iraneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP Marilda Aparecida Behrens - PUCPR
ASSESSORIA EDITORIAL	Alana Cabral
REVISÃO	Bruna Fernanda Martins
PRODUÇÃO EDITORIAL	Lucas Andrade
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Marina Moros
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL E ÉTNICO-RACIAL

DIREÇÃO CIENTÍFICA Toni Reis

CONSULTORES	Daniel Manzoni (UFOP)	Tereza Cristina (UFBA)
	Belidson Dias (UBC Canadá)	Jucimeri Silveira (PUC-SP)
	Jaqueline Jesus (UNB)	Marcelo Victor (UFMS)
	Leonardo Lemos (Unicamp)	Cristina Camara (IFCS/UF RJ)
	Wanderson Flor do Nascimento (UNB)	Vera Marques (Unisinos)
	Marie Lissette (The American)	Antonio Pádua (UFRJ)
	Guilherme Gomes (PUCRS)	Lindamir Casagrande (UTFPR)
	Cleusa Silva (Unicamp)	Sérgio Junqueira (Univ. Pontifícia Salesiana-Roma-Itália)
	Mario Bernardo (UFRJ)	Helena Queiroz (Universidad de La Empresa-Montevidéu)
	Alexandre Ferrari (UFF)	Moisés Lopes (UNB)
	Araci Asinelli (UFPR)	Marco José de Oliveira Duarte (UERJ)
	Fabio Figueiredo (PUCMG)	Marcio Jose Ornat (UEPG)
	Grazielle Tagliamento (USP)	
	Magda Chinaglia (Unicamp)	
	Miguel Gomes Filho (Faed-UF GD)	

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às agências financiadoras, à Capes e, indiretamente, ao CNPq, que, juntamente à UFSC, à UEPG e à UFC, proporcionaram os meios necessários para a realização das pesquisas cujos resultados compõem este volume. Queremos agradecer às pessoas que integram a equipe do Projeto Mulheres de Luta, pela dedicação, pelo empenho e comprometimento com a pesquisa. Igualmente, estendemos nossos agradecimentos às pessoas que trabalham nos arquivos aos quais tivemos acesso, bem como à generosidade das entrevistadas e dos entrevistados que aceitaram colaborar conosco.

SUMÁRIO

FEMINISMOS PLURAIS, MULHERES DE LUTA..... 8

Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná e Soraia Carolina de Mello

“O FEMINISMO VEIO PARA FICAR... NÓS NÃO VAMOS SAIR MAIS” 16

Tamy Amorim da Silva

**EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA SEGUNDA ONDA FEMINISTA
BRASILEIRA: ORGANIZAÇÕES SOB VIGILÂNCIA NO CEARÁ 35**

Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah Pinho da Silva e Elyssan Frota dos Santos

**LUTA E RESISTÊNCIA POLÍTICA: A IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA
NOS ANOS 1970 E 80 56**

Barbara Popadiuk, Elaine Schmitt e Karina Janz Woitowicz

**LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER? FEMINISMOS,
DOMESTICIDADE E CONFLITO SOCIAL NO BRASIL (1964-1990)..... 75**

Soraia Carolina de Mello

**MULHERES NAS LUTAS SINDICAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NOVO
SINDICALISMO E DAS BANCÁRIAS (1978 -1985)..... 99**

Luciana Carlos Geroleti

**UMA VISÃO HOLÍSTICA DA DEMOCRACIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE
MULHERES NEGRAS NO BRASIL (1960-1980)..... 121**

Gleidiane de Sousa Ferreira, Tauana Olívia Gomes Silva

**MULHERES INDÍGENAS, MULHERES DE LUTA: TERRA, EDUCAÇÃO E
RESISTÊNCIA..... 143**

*Juliana Salles Machado, Isabele Soares Parente, Jozileia Daniza Jacodsen e
Marcelo Gonzalez Fagundes*

MULHERES RURAIS EM LUTA NO FINAL DA DITADURA..... 166

Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Larissa Viegas de Mello Freitas

**SER LÉSBICA NA DITADURA: VIDA E MILITÂNCIA SOB ESTADO DE
EXCEÇÃO 185**

Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi

“QUEREMOS SER O QUE SOMOS”: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1964-1985)	209
<i>Luiz Augusto Possamai Borges, Lara Lucena Zacchi e Jair Zandoná</i>	
A TODO VAPOR: REVOLUÇÃO SEXUAL E DESBUNDE	233
<i>Alina Nunes e Cristina Scheibe Wolff</i>	
UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL POR MEIO DO HUMOR GRÁFICO (1976-1984)	254
<i>Cintia Lima Crescêncio e Erica Dantas Brasil</i>	
MULHERES BRASILEIRAS NO EXÍLIO FRANCÊS: CONFLITOS, RUPTURAS E TRANSFORMAÇÕES DAS SUAS MILITÂNCIAS	280
<i>Eloisa Rosalen</i>	
MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA NA DITADURA BRASILEIRA	303
<i>Luísa Dornelles Briggmann e Cristina Scheibe Wolff</i>	
ARTE, POLÍTICA E FEMINISMO: AS IMAGENS DA RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA DITADURA	323
<i>Isabela Fuchs e Alina Nunes</i>	
FREIRAS NA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL	347
<i>Isa Maria Moreira Liz</i>	
CRIANDO LAÇOS, FAZENDO REDES: OS ENCONTROS E ARTICULAÇÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DE FEMINISTAS BRASILEIRAS	362
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
O ACERVO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA – LEHG: PESQUISAS E HISTÓRIAS FEMINISTAS	384
<i>Binah Ire e Janine Gomes da Silva</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	407
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	422
REALIZAÇÃO E APOIO	430

FREIRAS NA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL¹

Isa Maria Moreira Liz

Porque tem uns padres, uns bispos, que ficaram famosos como os animadores das comunidades de base, da pastoral popular... e desculpe, mas eles nunca ficaram ali no todo dia fazendo comunidade de base, sabe? [...] Quem fez isso foram as freiras de todas as congregações, quase todas as congregações ativas.

(Maria Valéria Rezende, 2018, p. 16)

A participação feminina católica durante a ditadura e no pré-golpe de 1964 foi substancial, não só para consolidar a ditadura, mas para mantê-la por mais de duas décadas sob fortes resistências. Em contrapartida, participaram mulheres também vinculadas à Igreja Católica, muitas das quais eram freiras e missionárias na resistência. Como entender a relação do catolicismo em dois movimentos tão distintos quanto à ditadura?

Se por um lado a participação de mulheres em processos de resistência já vem sendo analisada e discutida na historiografia há algumas décadas (SALDAÑA, 2010, p. 53-54), não é possível perceber o mesmo processo de visibilidade a essa participação quanto às mulheres vinculadas à religião, como as freiras e missionárias católicas. Aqui, o posicionamento da Igreja Católica é visto com dubiedade e acaba por ofuscar os movimentos contra-hegemônicos das religiosas. Em grande parte da bibliografia sobre o tema, a Igreja Católica e suas agentes são vistas como uma unidade homogênea, e o papel que parte da instituição cumpriu apoiando o golpe acaba ofuscando os movimentos contra-hegemônicos das religiosas.

Neste capítulo, buscando democratizar o debate historiográfico a respeito da participação feminina religiosa católica nos movimentos contraditadura, serão trazidos alguns debates acerca da ação política tomada pelas freiras durante a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de documentos oficiais de Estado, de entrevistas concedidas ao LEGH, e também com base nos trabalhos da historiadora Caroline Jaques Cubas. Para tal, pensando na articulação entre Igreja-Estado,² será refletido sobre o uso da identidade também por leigas católicas, e em contraposição ao movimento de resistência manipulado pela identidade de *ser freira*, estigmatizada socialmente, como uma expectativa coletiva. Como consequência a esse movimento religioso,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Neste capítulo, *Igreja* será tomada como Igreja Católica.

as pautas femininas serão discutidas dentro e fora da instituição católica, e também articuladas politicamente.

Contexto de lutas

São pouquíssimas as referências historiográficas a respeito das freiras e/ou missionárias católicas como protagonistas e agentes históricas, concordam Caroline Jaques Cubas (2014a, p. 148-149) e Maria José Rosado-Nunes (1984, p. 134). O caráter de invisibilidade que constrói o imaginário do *ser freira* é consequência de séculos de reclusão em congregações e monastérios junto à atuação nesses mesmos ambientes privados – mais especificamente, produto do século XIII na Europa cristã. Mesmo a partir da segunda metade do século XX, a abertura à prática da ação social em espaços públicos conferida pela Igreja Católica às freiras não garantiu a visibilidade dessas mulheres religiosas como sujeitos políticos.

Enquanto mulheres católicas preparavam o espaço de mobilização social para o golpe de 1964, sendo popularizadas como agentes desse movimento, as capas e matérias de jornais só conseguiram retratar as freiras a partir de práticas estranhas aos costumes sociais da época (CUBAS, 2014b, p. 87). Um movimento historiográfico que consiga refletir sobre essas práticas religiosas junto aos processos históricos depende da busca dessas freiras e/ou missionárias em fontes distintas, isto é, em materiais não convencionais de figuras públicas, conforme o faz a historiadora Caroline Cubas em sua tese (2014b).

A partir disso é possível perceber a atuação de freiras para além dos conventos:

- a) em colégios, na função de diretoras e educadoras, como no caso da Madre Maurina Borges da Silveira, violentada, torturada e presa pela ditadura sob a acusação de abrigar integrantes da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN) no interior da escola, em 1969; sendo forçada ao exílio para o México em 1970;
- b) em hospitais, principalmente atuando com enfermagem, como a freira Ana de Lurdes, organizadora do movimento em prol do golpe a partir da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964;
- c) em pastorais, coordenando grupos de ação;
- d) e, ainda, atuando diretamente em conjunto com comunidades periféricas, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como fizeram as freiras Ivone Gebara e Maria Valéria Rezende em cidades do Nordeste brasileiro; ou, ainda, como fizeram as freiras francesas na comunidade indígena de Apyãwa, no Norte no país.

Esse tipo de atuação é conceituado por Cubas como *vida religiosa feminina ativa*, em função do tipo de atuação dessas mulheres vinculadas à Igreja (2014b, p. 31).

Ainda que este capítulo pretenda integrar um movimento historiográfico que visibilize e protagonize freiras e missionárias católicas em processos de resistências como durante a ditadura, é necessário sublinhar que essas mulheres também não podem ser lidas com práticas ou discursos homogêneos dentro da instituição católica. Isso significa que não havia uma unidade de ação das freiras como resistência, mas agiam de formas diferentes frente à ditadura no Brasil. A partir de Cristina Wolff e Tamy Amorim (2013, p. 191), em relação à postura apolítica de integrantes de movimentos de resistência à ditadura, é válido perceber que a formação política variada das organizações de resistência, como também em favor da ditadura, pode ser tomada em paralelo à *apolitização* de muitas freiras, uma noção também política e que também infere resistência. Segundo Cubas, isso infere “uma outra percepção do político e que nos possibilita enxergar que aquelas ações [...] tinham sim uma conotação política, ainda que não seja política-partidária ou anunciada enquanto tal”, já que não seria enxergado com esse caráter pelas próprias freiras (CUBAS, 2018, p. 7).

Um dos principais eventos históricos influenciadores dessa participação de religiosas católicas durante a ditadura foi o Concílio Vaticano II,³ um conjunto de conferências que foram convocadas pelo Papa João XXIII e que ocorreu entre 1962 e 1965 a fim de debater pautas institucionais e da comunidade católica.⁴ Conforme Cubas (2018, p. 30), a Igreja precisou acompanhar as demandas que as transformações sociais produziram na virada do século XIX ao XX e, para tanto, o Concílio buscava estabilizar o controle da Igreja sobre sua comunidade de fiéis e religiosos/as por meio, por exemplo, da oficialização de certas práticas religiosas, e repressão de outras. Esse caráter de renovação da Igreja se desdobrou em dois movimentos centrais na atuação das freiras e demais religiosas católicas durante a ditadura no Brasil: 1. a novamente adquirida natureza popular de Igreja como Povo de Deus; 2. o *aggionamento* promovido pela instituição para *atualizar* o papel da mulher na sociedade.

O primeiro movimento pretendia retomar a proximidade de uma instituição hierarquicamente fragilizada com a realidade social da comunidade católica no pretexto de socializar tanto os debates institucionais quanto se

³ O primeiro Concílio Vaticano ocorreu entre 1869-1871, convocado pelo Papa Pio IX.

⁴ É válido sublinhar que essas pautas também partiram da comunidade eclesial e acabavam muitas vezes trazendo questões dos/as próprios/as jovens que compunham as juventudes católicas (REZENDE, 2018, p. 23). Ou seja, as pautas eram formalizadas pelos religiosos hierarquicamente superiores, mas poderiam ter partido de demandas da comunidade.

fazer perceber as carências do público católico. Democratizando esse espaço, a Igreja alterava uma noção de subordinação dos/as seus/as fiéis, como também da palavra clerical como narrativa única constitutiva de poder (CUBAS, 2014b, p. 73). Aqui, essa narrativa é historicamente carregada pelo caráter de oficialidade, e ainda partindo da Igreja Católica, pela noção de verdade – que é uma acepção tanto material quanto imaterial pela vinculação com a liberdade e purificação de pecados, dogmas católicos. Ou seja, essa Igreja como Povo de Deus veio como uma estratégia de popularização mediante a sujeição institucional à sua comunidade pela ação popular. Esse redirecionamento, que será debatido mais à frente, refletiu numa possibilidade de escolha por parte das freiras, que, antes recatadas no espaço privado da clausura, passaram a integrar, organizar e coordenar as CEBs, próximas à população.

O segundo movimento percebido no Concílio Vaticano II foi o de *aggiornamento*, ou seja, literalmente uma atualização conciliar que “propunha a inserção da Igreja no mundo moderno, abrindo-se às exigências deste e trabalhando em prol da construção de um novo modelo de Igreja” (CUBAS, 2014b, p. 29). Essa atualização institucional se desdobrou também às freiras e missionárias católicas, que para além de religiosas, enfrentaram a dupla-identidade de serem mulheres numa instituição e sociedade estruturalmente machistas, já que uma é produto da outra.

À mulher, caberia, dada sua função social, a procriação. Portanto, por mais que a Igreja passasse uma ideia de abertura às novas discussões, tendo também em vista a própria inserção da mulher no mercado de trabalho⁵, utilizando-se da vontade de *igualdade*⁶ ao masculino, a família a reprimiria, pois é o próprio elemento da tradição. Essa noção de tradição passa a ser atualizada, mas isolada “sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade” (FOUCAULT, 2012, p. 25), de modo que o discurso institucional, manipulado, passa a conter os elementos da atualização produzindo certa aceitabilidade pela comunidade cristã, conforme já aponta Cubas (2014b, p. 69-70).

Ainda, é interessante ressaltar que essas pautas femininas, por mais que tenham sido manobradas pela Igreja Católica e tenham rendido um efeito esperado de mínima conformidade, não foram ignoradas pelas religiosas. As freiras e mulheres leigas católicas fizeram parte de uma ação de discussão tanto internamente nas Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude

⁵ Caroline Cubas já aponta esse movimento feminino em cargos antes masculinos no próprio Vaticano, mesmo que se tratassem de funções socialmente femininas nos espaços de trabalho.

⁶ Esse termo, ainda que não produza o mesmo efeito pela liberdade feminina a qual pretendemos nos movimentos feministas atuais, foi utilizado em referência ao discurso do Papa Paulo VI (1965, s/ id.) e, à época, é imaginável que tenha provocado uma reflexão institucional.

Universitária Católica (JUC) quanto com a comunidade, a partir do espaço concedido pela própria instituição de saída do enclausuramento.

As relações entre a Igreja Católica e a ditadura militar

Uma das críticas mais recorrentes à discussão de Igreja Católica é sua aparente noção de homogeneidade interna por se tratar de uma instituição política. Um válido distintivo de argumentos é questionar, conforme Maria Valéria Rezende (2018), se determinado posicionamento da Igreja enquadrasse ao sistema eclesiástico católico ou à comunidade de fiéis leigos/as, pois são dois conjuntos que se intersectam, mas não pertencem um ao outro. Entre as décadas de 1960 e 1980 a Igreja foi lida com essa dubiedade pelas pessoas por conta desses mesmos posicionamentos frente à ditadura.

Por parte da cúpula católica, oficialmente falando, houve um apoio ao golpe de 1964 que pretendia afastar João Goulart do poder dadas as divergências ao seu alinhamento nacional-reformista (SIMÕES, 1985, p. 92), enquanto que parte dos/as religiosos/as católicos/as hierarquicamente inferiores tendiam contrariamente a esse posicionamento. Mas, ao mesmo tempo, já reconhecendo o destaque massivo de mulheres e religiosas católicas nas marchas em apoio a esse mesmo golpe, e que essas trabalhavam em organizações financiadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) (SIMÕES, 1985, p. 83) com capital intervencionista estadunidense (DREIFUSS, 1987), é possível que a Igreja também estivesse atuando em função dessa intervenção política no Brasil. A oposição ao governo de Jango que ocorria sob o pretexto de ameaça comunista também foi compartilhada pela cúpula católica, e mais tarde percebida também em crítica à Teologia da Libertação, corrente defendida por um sem número de religiosos/as, como os freis Betto e Leonardo Boff, a freira Maria Valéria Rezende e a ex-freira Maria José Rosado-Nunes.

Para que se pudesse materializar esse “perigo vermelho” na sociedade brasileira, foi necessário criar uma comoção social e religiosa contrária ao Comício da Central do Brasil, em março de 1964, na qual Jango discutiria reformas previstas. Em resposta às orações que se deram simultaneamente ao comício e “declarando que não era com terços que se devia combater as reformas, [João Goulart] forneceu o pretexto e a força ideológica para a arrematada popular final conduzida por seus opositores” (SIMÕES, 1985, p. 93) que produziria o movimento de desagravo ao rosário, e, consequentemente, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ainda em março do mesmo ano.

Mesmo considerando que o posicionamento católico não deve ser tratado com totalidade, mas que se limita a determinados interesses e à política institucional do Vaticano, é interessante perceber que, em relação à ditadura, conforme propõe Caroline Cubas (2015, p. 141), houve uma mudança perceptível da Igreja num segundo momento, ainda em fins da década de 1960 por efeito do AI-5. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é um elemento muito próprio para perceber tanto a oficialidade do apoio ao golpe de 1964 pela instituição, quanto ao movimento feminino reacionário de leigas e religiosas católicas, tendo como uma das lideranças a freira e enfermeira Ana de Lurdes, neta de Ruy Barbosa de Oliveira.

Essas várias marchas em prol do golpe que ocorreram nas diferentes regiões do Brasil foram lideradas por organizações femininas com núcleos no Sul, Sudeste e Nordeste, como a UCF, o MAF, a Camde, a Limde, a CDF e a ADFG⁷, já num estágio, segundo Solange Simões, de mobilização social. Para a autora,

[...] as ligações dos grupos de mulheres com o clero foram muito além do apoio material e tático que receberam dos setores mais conservadores e da direita. As igrejas não foram apenas locais de reunião ao ceder seus salões paroquiais. Elas ofereciam aos grupos de mulheres o seu maior público e possibilitava que elas atingissem segmentos mais pobres da população, além das classes médias (SIMÕES, 1985, p. 89).

Essas organizações católicas conservadoras obtiveram êxito justamente pelo viés religioso, já que souberam se utilizar do mecanismo de poder concedido pela Igreja. Promovendo-se dentro do ambiente institucional, mas com a visibilidade midiática proporcionada por conta das alianças políticas entre as famílias dessas mulheres aos meios de comunicação, o movimento conservador feminino serviu também, durante a ditadura, para representar a opinião pública nacional, ainda que muitas organizações tivessem se desestruturado ao longo das décadas (SIMÕES, 1985, p. 136).

O que deve ser percebido centralmente nesse movimento pré-golpe é que as mulheres católicas não foram protagonistas acidentais, mas pelo fato de terem também sido mantidas essas organizações femininas durante a ditadura, e não só a terem precedido, é certo que a *tradição atualizada* e o apelo aos valores e à moral da família foram ferramentas necessárias para atingir essa sociedade fragilizada. Quem melhor do que as mulheres, no lugar de não só mães, avós e esposas, mas também de mulheres católicas, para comover as famílias brasileiras?

⁷ União Cívica Feminina; Movimento de Arregimentação Feminina; Campanha da Mulher pela Democracia; Liga da Mulher Democrática; Cruzada Democrática Feminina; e Ação Democrática Feminina Gaúcha.

Foi um senso atento das corporações nacionais e estadunidenses junto à ala conservadora da Igreja, ambas acordadas com a elite do golpe. Não à toa, a essas mulheres leigas e religiosas atribuem-se três papéis fundamentais para o êxito do golpe de 1964: “terem sido as primeiras a agir; terem encorajado ‘homens sem coragem’; terem incentivado e apelado para as Forças Armadas” (SIMÕES, 1985, p. 96). Ainda, é válido destacar que essas mulheres também foram possíveis, pois estariam ocupando e desempenhando uma função socialmente destinada aos homens, e daí seu protagonismo visibilizado pela sociedade.

A identidade do *ser freira* ou *devir-freira*

Entender-se no plural é resultado do processo de descentralização pelo qual percorre a identidade moderna (HALL, 2006, p. 8), o qual às mulheres implica numa constituição por múltiplas intersecções identitárias, interferindo na forma na qual são lidas pela sociedade (CUBAS, 2014b, p. 71). O movimento pró-golpe de 1964, protagonizado por mulheres leigas, foi uma ferramenta política de mobilização social por meio do sentimentalismo, utilizando-se dos papéis normativos de gênero com base na noção católica de sacralidade da mulher. As bandeiras militares em defesa da tradição e da família (WOLFF; MACHADO, 2014, p. 163) foram vinculadas às mulheres por moldarem uma identificação socialmente construída de ser mãe, esposa e religiosa católicas.

Num contexto político de crise, esses mesmos papéis de gênero são acentuados e modificados (JOFILLY, 2005, p. 52-53) a fim de suportar uma determinada expectativa social. Entre os anos de 1964 e 1985, não só as mulheres católicas reacionárias se utilizaram dessa contradição, mas também as mulheres que, direta ou indiretamente, atuaram num movimento de resistência à ditadura civil-militar. As freiras católicas fizeram parte desse movimento, e ainda que não tivessem atuado como unidade, o fizeram a partir da exploração da identidade de freira esperada pela sociedade, implicando em estigmas ainda hoje sentidos, conforme já critica Maria Valéria Rezende:

Com todo recato, mas [risos] a gente tava lutando, e a gente sabia o que tava fazendo, não era inocente não. Inocente no sentido de abestada, sabe? Porque muitas vezes assim, é curioso o seguinte, existe um senso comum aí que acha que freira é boba, idiota, não arranjou marido, ou tinha medo do sexo, ou sei lá o que e por isso foi para o convento. Tanto que tem jornalista que bota assim, sem me perguntar nada bota “Ex-freira, escritora...”. Ex-freira por quê? [...] (2018, p. 21-22).

O *ser freira* durante a ditadura conferiu um significado muito específico: a dupla condição de mulher e religiosa, produzindo tanto 1) uma

crise identitária alimentada pela própria mídia, quanto 2) um movimento de resistência, já que como ferramenta política, essa dupla identidade foi manipulada convenientemente por essas mulheres (CUBAS, 2015, p. 149).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), ainda que não se dirigisse com exclusividade às freiras e às missionárias católicas em seus documentos pontifícios, excluindo essas mulheres de uma reflexão identitária como parte da estrutura institucional, foi impulsionado por debates sociais que emergiam e, como já comentado, precisou encaixar a Igreja nessa discussão. A aproximação entre religiosos/as católicos/as à comunidade leiga, pressionada pelo novo *slogan* da instituição como Povo de Deus, colocou às freiras e às missionárias, sob o pretexto de reconhecimento da liberdade feminina, a possibilidade de sair dos conventos e da clausura para conviver em sociedade. Para tanto, a mudança gradual do hábito religioso determinada pela Igreja foi imprescindível, ainda que implicasse tanto em agregar quanto distanciar a pessoa religiosa da comunidade, constituindo “como um atributo identitário na medida em que era um meio através do qual se estabeleciam relações com o mundo e com os outros” (CUBAS, 2015, p. 94).

Esse distanciamento formal com uma pessoa leiga que ocorria quando uma freira usava sua veste em um local público era, ao mesmo tempo, a forma visível e material dessa mesma pessoa leiga identificar o poder da Igreja Católica em ação. Segundo as críticas produzidas tanto por freiras mais conservadoras quanto pela comunidade católica, sem o hábito religioso não se percebia a intersecção entre Igreja e sociedade, e não se poderia garantir o respeito e proteção “merecedores” das freiras; o hábito conferia a dessexualização de seus corpos, e supostamente as eximia de assédios. É imaginável, portanto, pensar que a dispensa gradual do hábito religioso, junto à entrada dessas mulheres nos espaços públicos, teve um impacto social.

A dupla condição de mulher e religiosa questionava como uma freira pretendia se comunicar com base em suas escolhas de traje, o uso do hábito religioso feminino ou não; e a partir da ação que desempenhava pela Igreja, em espaços públicos ou em clausura. Um poder de escolha que produziu a visibilidade e invisibilidade dessas mulheres religiosas, e daí a dificuldade de perceber sua luta de resistência à ditadura pelos meios de comunicação.

O *ser freira* carrega consigo uma noção de trabalho social sem promoção pessoal, uma ação invisibilizada para criar uma atuação como coletivo institucional que acabou produzindo uma tentativa de neutralidade midiática: a não personificação das freiras para ocultar sua ação coletiva

de resistência.⁸ Se assim estavam representadas e veiculadas pela mídia e pelo Estado, as freiras e religiosas católicas em resistência à ditadura passaram a se utilizar do véu da invisibilidade como manobra política. Assim, portanto, conseguiram militar e debater questões sociais nas CEBs ou mesmo transitar pelo país transmitindo informações e entregando cartas entre militantes e grupos de resistência. Isso acontecia já que, assim como as mulheres mães entraram nas instituições de polícia à procura de seus familiares, sob os papéis normativos previstos para uma mãe, as freiras também usufruíram dessa possibilidade de locomoção quando incumbidas na projeção social do *ser freira*.

Os mesmos distanciamentos sociais da clausura e/ou do hábito religioso passaram a ser uma escolha individual das freiras, ainda que envolvesse um debate teológico pessoal, e a partir dessas escolhas conseguiram se moldar aos códigos sociais conveniente a elas, e que ainda se expressam nos movimentos de resistência hoje. Abaixo, imagens da narrativa de visibilidade da mulher religiosa, ainda presente na luta política:

Imagem 1: Ala/frente das freiras na Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968, em resistência à ditadura civil-militar



Fonte: Memorial da Democracia. *Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura*: Maior manifestação de rua desde 1964 marca auge da resistência democrática. Disponível em: <http://memorialda-democracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>. Acesso em: 10/03/2019.

⁸ Essa percepção é encontrada tanto nos jornais, como nos documentos oficiais do Estado.

Imagem 2: Freira na Marcha do #8M, dia Internacional de Luta da Mulher, em 8 de março de 2019, também em resistência política



Fonte: @Jornalistas Livres. Foto de Sato do Brasil.

Esse uso do gênero pode ser pensado como um processo de discussões as quais eram debatidas junto a pautas femininas, e que hoje é um dos mais centrais objetos de pesquisa historiográfica da história das mulheres. A identificação com o feminismo pode ser pensada condicionalmente (PEDRO, 2010, p. 119) e percebida às freiras nas discussões de questões sociais, ou de mulheres (CUBAS, 2018, p. 5). *O que estava em jogo na questão de identidade*, nesse momento, era a forma na qual a freira pretendia se identificar, cabendo manipular o seu eu para a sociedade tanto na categoria de mulher como na de religiosa, e se autoconstruindo como já pretende o *devir-mulher* (GROSZ, 2002; BRAIDOTTI, 2002), ou ainda, *devir-freira*.

Essa manipulação de gênero é ferramenta política. A Teologia da Libertação, que orientou um sem número de religiosos/as em resistência à ditadura militar não clamava “por justiça e igualdade de gênero, que [...] não estavam claramente em pauta naquele contexto social e político” (ROSADO-NUNES, 2006, p. 296), e que ainda hoje se baseia em noções patriarcais legitimando as concepções religiosas tradicionais (RAGO, 2013, p. 262). Segundo a teóloga

feminista Ivone Gebara, em entrevista concedida a Maria José Rosado-Nunes (2006, p. 300), explica que isso se deu justamente pela especificidade do contexto histórico de idealização da Teologia da Libertação durante as ditaduras latino-americanas. Ainda que essas religiosas católicas não se entendessem como feministas à época, estavam à margem da Teologia da Libertação e das instituições religiosas (ROSADO-NUNES, 2006, p. 298), produzindo um debate central sobre questões de inserção da mulher na vida política e social. Essas questões são, atualmente, articuladas pela Teologia Feminista e demais movimentos políticos de mulheres católicas, como as Católicas pelo Direito de Decidir, as quais desde a década de 1990 no Brasil vêm promovendo debates a fim da libertação do corpo da mulher ao masculino, principalmente centrados no aceite institucional à legalização do aborto.

Pautas femininas e/ou feministas e memória

Durante este capítulo se pretendeu lançar alguns debates, que partindo de pautas feministas, estão num processo de visibilidade por tratar as mulheres religiosas como agentes de suas ações. As mulheres leigas católicas, que durante a ditadura civil-militar lideraram movimentos em apoio ao golpe de 1964, ainda que também tenham disputado lugar e fala na historiografia pelo fato de serem mulheres, estavam executando uma postura esperada à sua função social. Ainda, para além disso, estavam em “acordo com o que preconizava a Instituição”, diferentemente das freiras, que “antecederam a um próprio posicionamento oficial” (CUBAS, 2018, p. 4).

Esse caráter da dupla condição de ser mulher e freira também produziu uma resistência à estrutura patriarcal que por tanto tempo busca silenciar a voz feminina, principalmente religiosa. O protagonismo masculino que prepondera os escritos historiográficos,⁹ numa disputa de memória, utiliza-se da necessidade de verdade, muitas vezes oriunda do movimento revisionista. Aqui, é interessante colocar que a freira não acontece ser silenciada, mas se dá pela

[...] própria condição da vida religiosa feminina que não é uma condição que preconiza a visibilidade, né. A freira dentro da própria instituição ela tem um lugar que é muito diferente do lugar do padre, que é muito diferente do lugar do religioso, tanto é que até hoje não é a freira que reza a missa, é o padre. Então a freira, por ser freira, ela tem um trabalho, digamos, muito mais de assistência, muito mais de bastidores do que um trabalho que a coloca em espaços públicos e consequentemente que fazem com que elas sejam vistas. [...] E daí aquela ideia de que a participação delas

⁹ Também biográfico e autobiográficos, segundo Rago (2013, p. 34).

nos espaços de resistência eram mínimos. A partir do momento em que tu começa a considerar quais são os espaços de atuação delas e quais as possibilidades de atuação nesses espaços, é que eu consigo começar a reconhecer alguns protagonismos que até então não eram tão vistos. Até porque uma série de movimentos que contaram com a participação das freiras, quando colocados pelas mídias, quando divulgados, ou pelos jornais, até mesmo, normalmente davam centralidade ao padre, porque o padre é a figura de autoridade naquele espaço. A freira trabalha com ele, mas ele que é a figura chave (CUBAS, 2018, p. 8).

A fala institucional de autoridade, dentro da Igreja Católica, pode ser veiculada por um padre ou um bispo, mas não por uma freira, pelo simples valor que a ela a verdade é relacionada à testemunha masculina. Em crítica a essa estrutura que também faz parte a instituição católica, a escrita de si é uma ferramenta política que consegue se constituir como liberdade e se construir a partir do coletivo, também sob uma disputa de poder, mas um poder que provoca social e politicamente falando (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 15; RAGO, 2013, p. 57). É possível identificar o movimento de resistência ainda acontecendo por essas mulheres religiosas a partir de críticas à Igreja, até porque, em um dos espaços mais constante ao debate coletivo, as CEBs, as freiras foram maioria no movimento.

O enfrentamento às questões femininas durante a ditadura pelas freiras não foi pautado sob a noção de feminismo, mas a partir do debate de questões entendidas como sociais. Segundo análise de Caroline Cubas, identifica-se com mais força os debates femininos nas JEC e JUC a partir de 1970, sendo que essas mesmas mulheres religiosas formadas pelas juventudes católicas, atuando como diretoras e professoras de escolas, promoviam discussões progressistas sobre educação sexual, por exemplo (CUBAS, 2018, p. 5-6).

Ao mesmo tempo, em relação aos debates suscitados pelas comunidades de base, Maria Valéria Rezende conseguiu, dentro da sua atuação religiosa, refletir com mulheres do brejo paraibano, também na década de 1970, como se auto-organizar para que pudessem lidar com as adversidades de serem mães solo e trabalhadoras, chamadas pejorativamente de “viúvas de marido vivo” (REZENDE, 2018, p. 12). Em crítica à instituição da Igreja em si, Rezende sempre se posicionou quanto aos privilégios masculinos que seus colegas homens, também religiosos, possuíam em relação às mulheres, tanto intelectualmente, ausentando-se de responsabilidades domésticas e sociais, como na visibilidade promovida por suas ações nas CEBs:

[...] quando se consideraram que era 30 anos da experiência massiva das comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular, foram as freiras que fizeram isso, não foram os frades

nem os padres [...] Na verdade, quem meteu a cara mesmo, e foi para o meio do mato e sumiu, fomos nós (REZENDE, 2018, p. 16).

A Igreja Católica buscou se adaptar às transformações do meio do século XX, e a partir do Concílio Vaticano II, acabou possibilitando o que junto às pautas femininas e marxistas das correntes teológicas incentivou as práticas dessas religiosas católicas para além das congregações. Suas atuações passaram tanto como professoras e coordenadoras de escolas, como organizadoras de arte *subversiva*; ou, ainda, como mediadoras nas comunidades eclesiais de base. Muitas dessas práticas silenciosas e/ou visíveis das freiras contribuíram, conforme discorrido neste capítulo, para resistência à ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985.

Enquanto as leigas católicas foram transformadas pela mídia em heroínas nacionais, pela viabilização do golpe, as freiras católicas, também se utilizando do gênero, conseguiram, apesar dos estigmas sociais de sua dupla identidade, manipular essa mesma ferramenta política. É importante ressaltar, no entanto, que assim como mulheres leigas se organizaram pela promoção do golpe de 1964, também mulheres católicas participaram da resistência à ditadura. Da mesma forma, houve freiras e demais religiosas católicas em apoio a esse regime, e não somente atuaram na luta contra a ditadura brasileira. As práticas dessas mulheres vinculadas à Igreja Católica são extremamente plurais, e são sempre políticas.

A identidade passa incessantemente por um processo de construção e reconstrução pessoal a partir do coletivo. É significativo, portanto, que a mesma identidade feminina estruturada socialmente por códigos e expectativas coletivas tenha sido tomada pelas freiras, já duplamente atravessadas por elas, e, ainda, manipuladas como instrumento de luta. A subversão partiu de uma brecha tanto institucional como social, das funções de mulher e freira na sociedade brasileira, e foram transformadas em ativismo. As freiras e missionárias católicas que participaram desse movimento foram tão agentes e sujeitos políticos quanto as mulheres e homens dos movimentos de resistência de ação armada em combate à ditadura. Ainda hoje, seguem nesse movimento de luta atuando socialmente e construindo críticas intelectuais frente às instituições hegemônicas de poder.

Referências

Arquivo da Santa Sé. *Mensagem do Papa Paulo IV na conclusão do Concílio Vaticano II: Às mulheres*, 8 de dezembro de 1965. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-donne.html. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRAIDOTTI, R. *Sujetos nômades*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2000.

CUBAS, Caroline Jaques. A vida religiosa feminina no Brasil durante a segunda metade do século XX: um olhar historiográfico. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Anápolis, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014a. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/download/2889/2209. Acesso em: 2 mar. 2019.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)*. 360f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014b.

CUBAS, Caroline Jaques. Entrevista concedida ao LEGH, realizada por Jair Zandoná. Florianópolis, SC, Brasil, 14/12/2018. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH). 14 dez. 2018. Transcrita por Isa Maria Moreira Liz. 29p.

CUBAS, Caroline Jaques. Freiras em movimentos de resistência às ditaduras militares na América Latina. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 18, p. 139-161, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2280/2087>. Acesso em: 22 fev. 2019.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/grosz1.html. Acesso em: 25 jun. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Jornalistas Livres. *8M na Paulista em São Paulo. Fotos de Sato do Brasil*. 07/03/2019. Post do Instagram. Autoria de Sato do Brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BuwuH9GHNWH/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 16 mar. 2019.

Memorial da Democracia. *Passeata dos Cem Mil afronta a ditadura: Maior manifestação de rua desde 1964 marca auge da resistência democrática*.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

SALDAÑA, Margarita Iglesias. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 52-73.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. *Vida religiosa nos Meios Populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, jan. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2006000100016/7615>. Acesso em: 25 jun. 2019.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

REZENDE, Maria Valéria Vasconcelos. Entrevista concedida ao LEGH, realizada por Ana Maria Veiga. João Pessoa, PB, Brasil, 08/12/2018. *Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH/UFSC)*. Transcrita por Isa Maria Moreira Liz. 34p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Viver no feminino – uma mais sete histórias de vida*. In: RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013. 13-21p.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres o golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: Três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). *INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 190-211, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2013v10n1p190/24900>. Acesso em: 11 fev. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. p. 159-180.

- CENTRO INFORMAÇÃO MULHER. *Catálogo CIM*, 1985. São Paulo: CIM, 1986. 192 p.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Schneider (org.). *Histórias de gênero*. São Paulo: Verona, 2017.
- CUT. Prefeitura de São Paulo despeja Centro de Informação da Mulher. CUT, São Paulo, 02 mar. 2011, 15h50. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-despeja-centro-de-informacao-da-mulher-de-area-publica-3a98>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 13-29, 2010.
- G1. Exposição no ES conta história da mulher com fotos e cinema. *G1*, Espírito Santo, 24/07/2012 às 15h33 e atualizado em 24/07/2012 às 15h33. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/07/exposicao-no-es-conta-historia-da-mulher-com-fotos-e-cinema.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.
- HEYMANN, Luciana. O Indivíduo Fora do Lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.45 n. 2, p. 40-57, jul-dez 2009.
- LOPREATO, Christina. O (des)encontro do brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgard Leuenroth. *Verve*, n. 15, p. 201-221, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5072> Acesso em: 9 jul. 2019.
- LOPES, Margareth. As grandes ausentes das inovações em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200012. Acesso em: 17 jul. 2019.
- MACHADO, Gabriel Simon. Violência política de gênero: um estudo sobre a trajetória de Anita Pires. In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, 17., 2018, Joinville. *Anais [...]*. Joinville: Univille, 2018, p. 1-13. Disponível em: <https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. *Estudos Feministas*, v. 12, número especial - publicações feministas, p. 103-105, 2004.
- 30 ANOS da União de Mulheres de São Paulo. Direção: Elisa Gargiulo. Produção: Nosotras. São Paulo: Nosotras, 2011 (11 min) Publicado pelo canal

Nosotras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=IOPHCulfWBI. Acesso em: 9 jul. 2019.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Dos Encontros à União: A formação da União de Mulheres de São Paulo. *CLIO - Revista de pesquisa histórica*, n. 31.2, julho-dezembro, 2013.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Feminismo, direitos e subjetividades: a União de Mulheres de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh-SP, 2011, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312918903_ARQUIVO_textoanpuhIII.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

PASSERINI, Luiza. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1. n. 2, p. 59-72, dezembro de 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Trad. de Maria The-rezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SALVADORI, Fausto. Uma noite de femenagens. *Revista Apartes*, São Paulo, n. 19 mar.-abr., 2016. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-19/uma-noite-de-femenagens/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SILVA, Janine G.; PEDRO, Joana M.; WOLLF, Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 71, p. 193-210, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00193.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2019.

TABAK, Fanny. É tempo de incentivar a presença das mulheres na ciência. *ComCiência*, SBPC, LabJor. 10 fev. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/mulheres/tabak.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

VEIGA, Ana Maria. Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades e desafios. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 68-85, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p68>. Acesso em: 9 jul. 2019.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes; LIMA, Márcia Maria Tait. Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre ciência, tecnologia e gênero no Brasil. *REDES*, v. 22, n. 43, p. 13-32, 2016. Disponível em: <http://www.unq.edu.ar/advf/documentos/58e4ec1c6b673.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAIS, Marieta (org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

2ª Semana da Mulher em Campinas

30º Congresso da União Nacional de Estudantes

A Mística Feminina

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Ação Popular (AP)

Adé Dúdú – Grupo de Negros Homossexuais

Agora é que são elas

Ala Vermelha do Pcdob

Albertina Costa

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

Ana Carolina Teixeira Soares

Ana Maria Colling

Ana Maria Marques

Analba Brazão Teixeira

Angela Arruda

Ângela Diniz

Ângela Muniz

Angela Ro Ro

Ângela Xavier de Brito

Anna Bella Geiger

Ano Internacional da Mulher

Apinajé

Apurinã

Arabela Pereira Madalena

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Assembleia Nacional Constituinte

Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Associação das Mulheres

Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (ANPOCS)

Ato Institucional nº5 (AI-5)

AUÊ/PE

AUÊ/RJ

Bando de Cá

Beatriz Benzano

Bemvirá

Bennet Informa

Betty Friedan

Boca do Lixo

Branca Moreira Alves

Brasil Mulher

Cadernos da Mulher

Carlos Marighella

Carmem Maria Craidy

Carmen Barroso

Carmen da Silva

Carmen Lucia Luiz

Carmen Silvia Rial

Carol Hanisch

Cassandra Rios

Católicas pelo Direito de Decidir

Cecília Whitaker Vicente de Azevedo Alves Pinto (Ciça)

Celso Furtado

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro da Mulher Brasileira (CMB)

Centro da Mulher Brasileira de São Paulo

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB)

Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP-SP)

Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)

Centro de Informação da Mulher (CIM)

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

Centro Popular da Mulher

Chana com Chana

ChanaComChana

Che Guevara

Christine de Pisan

Cinema Marginal

Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (Círculo)

Clair Castilhos

Clube da Mulher de Campo do Paraná

Coletivo de Mulheres de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro

Coletivo de Mulheres Negras

Coletivo Feminista 8 de Março

Coligay

Comandos de Libertação Nacional (Colina)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Comitê Brasileiro pela Anistia

Comitê da América Latina e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

Comitê de Anistia

Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior

Comitê de Mulheres em Paris

Comitê Europeu Mulheres Brasileiras
Comunidades Eclesiais de Base (CEB)
Conceição Cahú
Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher
Congresso de Ibiúna
Conselho Estadual da Condição Feminina (CEFC)
Conselho Indigenista Missionário
Conselho Nacional da Mulher
Constituição Federal de 1988
Contracultura
Convergência Socialista
Correio da Mulher
Crimeia de Almeida
Danda Prado
Década da Mulher
Delegacias de Ordem Política e Social
Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Desbunde
Dia Internacional da Mulher
Dinalva Oliveira Teixeira
Diretas Já
Dissidência da Guanabara (DI-GB)
Dora Barrancos
Dulce Maia
Edna Maria Santos Roland
Edward MacRae
Eliane Potiguara

Elice Muneratto

Elisabeth T. de Vargas e Silva

Elizabeth Souza-Lobo

Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

Encontro Nacional Feminista

Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista

Encontros do MMA/SC

Espaço Mulher

Estatuto da Mulher Casada

Estatuto do Índio

Eva Alterman Blay

Facção Homossexual da Convergência Socialista

Fala Preta

Fani Miranda Tabak

Fani Tabak

Fanny Tabak

Federação de Mulheres do Brasil (FMB)

Fernando Seffner

Ferro's Bar

Flora Tristan

Fotochoq

Frente Armada de Libertação Nacional (FALN)

Frente das Mulheres Feministas/Frente de Mulheres Feministas

Frente de Liberación Homossexual (FLH)

Fundação Carlos Chagas

Fundação Nacional do Índio

Gal Costa

Geledés

Gente Gay

Gilse Westin Cosenza

GOLS

Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR)

Grupo Brasília Mulher

Grupo de Ação Lésbica Feminista (Galf)

Grupo de Atuação Homossexual (Gatho)

Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa

Grupo Dialogay

Grupo Eros

Grupo Feminista "8 de Março"

Grupo Feminista 4 de janeiro

Grupo Gay da Bahia (GGB)

Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris/Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris

Grupo Mulher – Educação Indígena (Grumin)

Grupo Nós Também

Guerrilla Girls

Heleieth Saffioti

Helena Hirata

Helena Solberg

Heloneida Studart

Herbert Daniel

Hildete Pereira de Melo

Homem não entra

Huni Kuin

I Congresso da Mulher Gaúcha

I Congresso da Mulher Metalúrgica

I Congresso da Mulher Paulista

I Congresso de Mulheres

I Encontro Brasileiro de Homossexuais

I Encontro da Mulher Bancária

I Encontro da Mulher Catarinense

I Encontro da Mulher Cearense

I Encontro da Mulher Gaúcha

I Encontro da Mulher Indígena

I Encontro Nacional de Mulheres Negras

I Encontro Regional da Mulher Negra

Ignez Ramminger

II Congresso da Mulher Brasileira

II Congresso da Mulher Paulista

II Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Hidráulico de São Bernardo e Diadema

II Encontro da Mulher Catarinense

II Encontro da Mulher Gaúcha

II Encontro da Mulher Paulista

III Congresso da Mulher Paulista

III Encontro da Mulher Paulista

III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

Inês Castilho

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto da Mulher Negra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

International Women's Rights Action Watch

Irede Cardoso

Ivone Gebara

Jacira Vieira de Melo (Jacira Melo)
Jacqueline Pintanguy
James Naylor Green
Jessie Jane
Joana Lopes
João Quartim de Moraes
João Silvério Trevisan
Joênia Wapichana
Jornal Brasília Mulher
Jornal Causa Operária
Jornal da Mulher (Cabo)
Jornal Maria
Jornal Zero
Juruna
Juventude Estudantil Católica (JEC)
Juventude Universitária Católica (JUC)
Kaingang
Kanela
Kátia Almeida Braga
Kerexu Yxapyry
Krahô
Laklãnõ Xokleng
Lampiã da Esquina
Lei do Divórcio
Leila Diniz
Lésbico-Feminista (LF)
Letícia Parente
Lia Zatz

Liberdade e Luta (Libelu)

Liberta

Libertus

Liliana Chiernajowisky

Lilith Vídeo

Loreta Valadares

Lua Nova

Luci Teresinha Choinacki (Luci Choinacki)

Lucia Maria de Souza

Madre Maurina Borges da Silveira

Maió de 1968

Manuela Ramos

Marcha contra a Guitarra Elétrica

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Márcia Meireles

Margarida M. Amaral Lopes/Margarida M. do Amaral Lopes

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha Teles)

Maria Augusta Thomaz

Maria Barbosa (Irepxi)

Maria Betânia Ávila

Maria Bethânia

Maria Celizete Ribeiro Moreira

Maria Cristina Aranha Bruschini

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos

Maria Helena Darci de Oliveira

Maria Ignez Paulilo

Maria José Rosado-Nunes

Maria Luiza Heilborn

Maria Lygia Quartim de Moraes

Maria Maria

Maria Odila Leite da Silva Dias

Maria Quitéria

Maria Sem Vergonha

Maria Valéria Rezende

Mariação

Marisa Fernandes

Mariska Ribeiro

Marta Suplicy

Martha Aguñin

Mary Wollstonecraft

Memória Popular do ABC – Instituto Metodista de Ensino Superior

Ministério da Agricultura

Miriam Martinho

Miriam Pillar Grossi/Miriam Grossi

Moema Toscano

Monica Rabelo

Movimento Contra a Discriminação Racial

Movimento Contra Carestia

Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR)/Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)

Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC)

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS)

Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC)

Movimento de Mulheres Rurais (MMA)

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Movimento do Custo de Vida

Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)

Movimento homossexual

Movimento Lésbico-Feminista

Movimento Negro Unificado (MNU)

Movimento por Luta por Creches

Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)

Mulher ABC

Mulher e Força de Trabalho

Mulher e Política

Mulher Maravilha

Mulher Teresina

Mulheres Negras Nzinga

Mulherio

Museu de Arte de São Paulo (MASP)

Nélida Archenti

Nilma Lino Gomes

Norma Telles

Nós, Mulheres

Nosotras

Nouvelle Vague

Novo Cine Latino-americano

Novos Movimentos Sociais

Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher - NEM

Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual

Núcleo de Ação Sindical e Feminista

Núcleo de Defesa à Prostituta

Núcleo de Estudos da Mulher (PUC-Rio)

Nzinga Informativo

O Lampião da Esquina (Lampião)

O Pasquim

O Snob

Olivia Joffily

Olympe de Gouges

Operação Bandeirantes (Oban)

Organização das nações Unidas (ONU)

Organização de Mulheres Gaúchas

Organização de Mulheres Rurais (OMTR)

Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)

Outra Coisa

Partido Comunista

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Operário Comunista (POC)

Piratapuia

Placar

Presença da mulher

Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

Rede de Feministas Políticas

Relatório da Comissão Nacional da Verdade
Relatório Figueiredo
Relatórios Kinsey
Reserva Indígena de Nonoai
Revista Cláudia
Revista Estudos Feministas
Revista Vivência
Rita Moreira
Romy Medeiros
Rosalina Santa Cruz
Rose Marie Muraro
Rosely Roth
Ruth Escobar
S.O.S. Corpo/SOS Corpo
S.O.S. Mulher/SOS Mulher
Sandra Macedo
Seção Feminina do PCB
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
Semana dos Povos Indígenas
Sempreviva Organização Feminista (SOF)
Serviço de Proteção aos Índios
Sexo Finalmente Explícito
Silvana Afram
Silvia Pimentel
Simone de Beauvoir
Sindicato dos Bancários de São Paulo
Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
Sistema Nacional de Informações (SISNI)

Sociedade Brasil Mulher

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Sociedade do Bem-Estar da Família (Benfam)

Somos (Guarulhos-SP)

Somos (Somos/MA)

Somos (Somos/RJ)

Somos: Grupo de Afirmação Homossexual (Grupo Somos/SP)

Sônia Guajajara

Suzana Primo dos Santos

Suzana Vermont

Teologia da Libertação

Teologia Feminista

Tereza Trautman

Terra Indígena Apinayé

Therezinha Zerbini

Tizuka Yamasaki

Tropicália ou Panis et Circenses

Tropicalismo

Um Outro Olhar

União das Mulheres

União das Mulheres Cearenses (UMC)

União das Mulheres de São Paulo (UM-SP)

União das Nações Unidas

União das Nações Unidas Indígenas

União Nacional dos Estudantes (UNE)

V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

Valéria Junho Pena

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Virginia Artigas

Xerente

Zuleika Alambert

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alina Nunes (alinanunes2@gmail.com) é graduada em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq pelo projeto “Políticas da Emoção e do Gênero nas resistências às ditaduras no Cone Sul” e integrante do Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. Foi pesquisadora da Comissão da Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC) e, atualmente, integra o LEGH.
ORCID: 0000-0002-2413-4666

Ana Rita Fonteles Duarte (anaritafonteles@uol.com.br) é professora doutora do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg).
ORCID: 0000-0002-2469-6044

Barbara Popadiuk (barbarapopadiuk@gmail.com) é estudante de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG, atuou como bolsista de iniciação científica (Capes) do projeto “Mulheres de luta”.
ORCID: 0000-0002-4214-4606

Binah Ire (binahire@gmail.com) é arquivista, mestranda em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Bolsista Capes pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais.
ORCID: 0000-0002-3326-2432

Camila Diane Silva (camiladiane@gmail.com) é doutoranda em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0003-0836-9278

Cintia Lima Crescêncio (cintia.crescencio@ufms.br) é professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas/MS – Brasil. Possui mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Grupo de Pesquisa História, Mulheres e Femi-

nismo (Himufe) e realiza pesquisas no campo dos estudos de gênero, estudos feministas e humor.

ORCID: 0000-0002-2992-9417

Claudia Regina Nichnig (claudianichnig@gmail.com) é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul, Brasil. É doutora no Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero, pós-doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), em Toulouse/França. É mestra em História, graduada em História/UFSC e Direito/Univali.

ORCID: 0000-0002-9689-8112

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Produtividade do CNPq 1D. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), pós-doutorado pela Universidade de Rennes 2 (França, 2005 e 2018) e Universidade de Maryland (2011). Fullbright Chair of Brazilian Studies, Universidade de Massachusetts/Amhers, 2017. É uma das fundadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas* (REF).
ORCID: 0000-0002-7315-1112

Elaine Schmitt (elaine.schmitt@gmail.com) é jornalista formada pelo Centro Universitário de União da Vitória (Uniuuv), especialista em História, Cultura e Patrimônio pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ORCID: 0000-0003-2197-320X

Eloisa Rosalen (rosaleneloisa@gmail.com) possui graduação (2011) e mestrado em História (2016) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), também pela mesma universidade.

ORCID: 0000-0001-5125-9969

Elyssan Frota dos Santos (elyssanfrota@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Foi bolsista de Iniciação Científica do Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, com bolsa da Capes.
ORCID: 0000-0002-2832-3536

Erica Dantas Brasil (erica.brasil@nottingham.ac.uk) é professora do Departamento de Português e Estudos Latino-Americanos da Universidade de Nottingham (UON) – Inglaterra. Possui mestrado e doutorado pela Universidade de Nottingham. Realiza pesquisas no campo dos estudos de línguas e psicologia.
ORCID: 0000-0003-2565-2083

Giovana Ilka Jacinto Salvaro (giovanailka@gmail.com) possui mestrado em Psicologia e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, é docente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).
ORCID: 0000-0003-0884-1923

Gleidiane de Sousa Ferreira (gleidiane_cultura@hotmail.com) é professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Durante a pós-graduação desenvolveu pesquisas situando-se no campo dos Estudos Feministas, de Gênero e da História das Mulheres.
ORCID: 0000-0002-2529-7993

Isa Maria Moreira Liz (isamariamliz@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), onde desenvolveu, entre 2018 e 2019, pesquisa como bolsista Pibic/CNPq nos Projetos “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” e “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul”, com ênfase nas relações das freiras e da Igreja Católica à ditadura. Desenvolve pesquisa na área de historiografia católico-revisionista sobre a Inquisição Moderna e política do Vaticano.
ORCID: 0000-0002-5474-4641

Isabela Fuchs (isa.fuchs@gmail.com) é doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas

de Subjetividades, Gênero e Poder. Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa. Bacharel em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Integrante do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)” e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

ORCID: 0000-0003-3810-7543

Isabele Soares Parente (isabele.soares.p@gmail.com) é mestranda em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Brasil. Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (Urca). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Linguística e Literária (Netli) e integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o Núcleo Literatual (Núcleo de Literatura Atual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade) e o Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular Behetçoho. É também membro da comissão editorial da *Revista Anuário de Literatura* (PPGL/UFSC).

ORCID: 0000-0003-0561-5488

Jair Zandoná (jzandona@gmail.com) é doutor e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. É um dos editores da *Revista Anuário de Literatura* (PPGL/UFSC), editor de resenhas da *Revista Estudos Feministas* (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo Literatual. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no LEGH/UFSC.

ORCID: 0000-0002-4301-9436

Janine Gomes da Silva (janine.gomesdasilva@gmail.com) é doutora em História, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH/UFSC e do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC. Atualmente coordena a pesquisa “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina)”, financiado pelo CNPq.

ORCID: 0000-0003-2866-2981

Joana Maria Pedro (joana.maria.pedro@ufsc.br) é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, dos Programas de Pós-Graduação em História e do Interdisciplinar em Ciências Humanas. É também pesquisadora do IEG – Instituto de Estudos de Gênero. Tem experiência na área de História, com ênfase em

História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa.

ORCID: 0000-0001-5690-4859

Jozileia Daniza Jacobsen (danikjj@gmail.com) é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Brasil. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2016). Coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena UFSC (atual). Especialista em Educação de Jovens e Adultos Profissionalizantes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2012). Graduada em Geografia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó (2010).

ORCID: 0000-0002-6321-7210

Juliana Salles Machado (julianasallesmachado@gmail.com) é professora adjunta na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, Brasil. Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (2002), mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2005) e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio no exterior como parte do Doutorado Sanduíche CNPq na University College London (UCL) e pesquisa de pós-doutorado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo por meio de um projeto colaborativo (bolsista Pós-Doc Fapesp e Capes/PNPD) com a população indígena Laklãnõ Xokleng, em Santa Catarina. É professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (desde 2016), onde foi também Professora Visitante, e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, coordena o projeto “Territorialidades Ameríndias no Alto Vale do Itajaí”, vencedor do prêmio Elisabete Anderle da Fundação de Cultura do Estado de Santa Catarina em 2017, e o projeto “Fág.Tar. A Força delas. Mulheres e territorialidades no presente/passado entre sociedades indígenas e tradicionais no Brasil”, financiado pelo Edital Universal 2018/CNPq, construído colaborativamente com uma rede de mulheres indígenas e não indígenas em diversos biomas brasileiras. Coordena o Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (Leia/UFSC).

ORCID: 0000-0002-1383-6451

Karina Janz Woitowicz (karinajw@gmail.com) é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutora em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal). É uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG.
ORCID: 0000-0002-7644-8560

Lara Lucena Zacchi (laralucenaz1@gmail.com) é graduada do curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Integra o quadro de pesquisadoras/es associadas/os do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Dedicar-se à área dos estudos de gênero, história das mulheres e os estudos acerca da memória nos contextos das ditaduras militares do Cone Sul.
ORCID: 0000-0002-6295-2336

Larissa Viegas de Mello Freitas (mellofreitas.larissa@gmail.com) possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde pesquisou trajetórias de militância e identificação com o feminismo das mulheres camponesas do Brasil e do Paraguai. Atualmente é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, pesquisando mobilizações e produção de narrativas feministas em blogs e redes sociais virtuais.
ORCID: 0000-0002-2175-9142

Luciana Carlos Geroleti (geroleti@gmail.com) é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada e mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0001-7647-0074

Luísa Dornelles Briggmann (luisa.briggmann@gmail.com) é doutoranda em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Santa Catarina. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”.
ORCID: 0000-0002-5882-4315

Luiz Augusto Possamai Borges (luizaugustopossamai@hotmail.com) é graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), com bolsa PIBIC/CNPq. Se debruça nas áreas relacionadas aos estudos de gênero, feminismos, homossexualidades e emoções nas ditaduras do Cone Sul.
ORCID: 0000-0002-6250-8761

Marcelo Gonzalez Fagundes (marcelogbrasil@gmail.com) é professor assistente do curso de História na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutorando em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na linha de pesquisa de História Indígena, Etnohistória e Arqueologia. Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc, 2001) e graduação em Ciências Sociais pela UFSC (2005). Mestre em História Cultural pela UFSC (2008) e mestre em História do Mundo Hispânico pela Universitat Jaume I Espanha (2009). Trabalhou na Fundação Nacional do Índio (Funai), atuando junto às comunidades indígenas Apinajé no Tocantins.
ORCID: 0000-0002-3998-011X

Maria Helena Lenzi (m.h.lenzi@ufsc.br) é doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.
ORCID: 0000-0003-0729-2328

Sarah Pinho da Silva (sarah.silva@aluno.uece.br) é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Bolsista Funcap.
ORCID: 0000-0001-7694-3732

Soraia Carolina de Mello (soraiacarolina.ufsc@gmail.com) é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Contribui desde 2005 com as equipes de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, em ensino, extensão e com pesquisas focadas na história dos feminismos e do trabalho doméstico. Foi pós-doutoranda PNPd-Capes do projeto “Mulheres de Luta” entre 2017 e 2018.
ORCID: 0000-0002-3647-2136

Tamy Amorim da Silva (tamyamori@gmail.com) é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do LEGH desde a graduação em História, possui pesquisas voltadas à participação de mulheres na resistência às ditaduras civis-militares no Cone Sul, com enfoque no Paraguai. É orientanda da professora doutora Cristina Scheibe Wolff e bolsista Capes/DS.
ORCID: 0000-0003-4009-987X

Tauana Olívia Gomes Silva (tauana.olivia@gmail.com) é graduada em História pela Universidade Vale do Rio Doce. Mestra e doutora em História pela Université Rennes 2 (França em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina). Seu tema de pesquisa é a atuação política de mulheres negras.
ORCID: 0000-0003-4180-7102

REALIZAÇÃO E APOIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**



**Universidade Estadual
de Ponta Grossa**



CAPES